



PREFEITURA MUNICIPAL DE MARICÁ
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE
ESTADO DO RIO DE JANEIRO

PREFEITURA MUNICIPAL DE MARICÁ
PROCESSO Nº 19108/24
DATA DO INÍCIO 05/08/24
RUBRICA 8 FL. 34

Maricá, 02 de setembro de 2024.

À Subsecretaria da Rede de Urgência e Emergência - SMS,

Trata-se de procedimento administrativo instaurado a partir de Impugnação apresentada pela empresa **LOCAMEDI LOCAÇÃO DE EQUIPAMENTOS ASSISTENCIA MEDICA LTDA** ao edital de licitação por pregão eletrônico nº 17/2024 – SRP, que tem por objeto o registro de preços para a contratação de empresa especializada na prestação dos serviços de transporte de apoio às atividades assistenciais da Secretaria Municipal de Saúde, notadamente o transporte inter-hospitalar e transporte entre as unidades de saúde de Maricá, visando atendimentos primários e/ou secundários que, por sua vez, necessitam de transporte seguro, confortável com os seguintes tipos de ambulâncias: Tipo B – ASB (ambulância de suporte básico), tipo D – ASA (ambulância de suporte avançado); tipo D – ASA OBESO (portadores de obesidade mórbida) e tipo D – NEOPED (neonatais e pediátricos).

Em atenção à impugnação apresentada às fls. 03/17 nos autos do Processo 19108/2024, destacam-se os seguintes pedidos:

- a) Da ausência de exigência de índices econômicos.
- b) Da Exigência de apresentação de declaração com endereço da base antes do prazo de início da execução dos serviços.
- c) Da ausência de exigência de qualificação técnica na fase de habilitação para garantir adequação do serviço contratado. Necessidade de Registro no CRM para fiscalização das atividades da empresa.
- d) Da exiguidade do prazo para início da prestação de serviços - riscos a exequibilidade do serviço e restrição a competição.
- e) Prazo de no mínimo 90 dias contados da emissão de ordem ser serviços para entrega dos veículos e início da execução.



PREFEITURA MUNICIPAL DE MARICÁ
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE
ESTADO DO RIO DE JANEIRO

PREFEITURA MUNICIPAL DE MARICÁ
PROCESSO Nº: 19108/24
DATA DO INÍCIO: 05/08/24
AUTENTICA: [assinatura] FOL: 35

No que concerne ao item a)

A Lei permite que a Administração Pública exija que a empresa comprove sua capacidade financeira através de balanços patrimoniais ou outros documentos contábeis que demonstrem a saúde financeira da empresa. O objetivo é garantir que a empresa tem condições de arcar com as despesas e obrigações do contrato.

Conforme o art. 69, da Lei nº 14.133/2021, a qualificação econômico-financeira será comprovada “de forma objetiva, por coeficientes e índices econômicos previstos no edital, devidamente justificados no processo licitatório, e será restrita à apresentação” de (i) balanço patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis dos 2 (dois) últimos exercícios sociais; (ii) certidão negativa de feitos sobre falência expedida pelo distribuidor da sede do licitante; (iii) relação dos compromissos assumidos pelo licitante que importem em diminuição de sua capacidade econômico-financeira, excluídas parcelas já executadas de contratos firmados; (iv) capital mínimo ou patrimônio líquido mínimo equivalente a até 10% (dez por cento) do valor estimado da contratação, para os casos de compras para entrega futura e execução de obras e serviços.

Dessa forma, sugiro que o Termo de Referência e Edital contenham apenas as exigências mínimas previstas em Lei.

No que concerne ao item b)

Opino pelo deferimento, com a devida alteração do Termo de Referência e Edital, para conceder o prazo de 120 (cento e vinte) dias corridos, a partir da ordem de início, para a instalação das bases e início do serviço contratado.

No que concerne ao item c)



PREFEITURA MUNICIPAL DE MARICÁ
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE
ESTADO DO RIO DE JANEIRO

PREFEITURA MUNICIPAL DE MARICÁ
PROCESSO Nº 19108/24
DATA DO INÍCIO 05/08/24
NÚMERO 08 FOL. 36

O objeto da licitação não exige equipe médica, restringindo-se somente à locação de ambulância com condutor socorrista.

No entanto, por se tratar de uma matéria de caráter técnico, solicito manifestação da Subsecretaria da Rede de Urgência e Emergência sobre a necessidade das referidas exigências.

No que concerne ao item d)

Opino pela concessão do prazo de 120 (cento e vinte) dias corridos, a partir da ordem de início, para a instalação da base e início do serviço.

No que concerne ao item e)

Opino pela concessão do prazo de 120 (cento e vinte) dias corridos, a partir da ordem de início, para a instalação da base e início do serviço contratado. Assim, para que reste mais claro e justo aos licitantes, o prazo encontra-se razoável em razão da exigência contida no Termo de Referência para que, pelo menos metade da frota, seja de ambulâncias 0km.

Por fim, solicito o apoio da Subsecretaria da Rede de Urgência e Emergência na análise dos pedidos da referida impugnação, principalmente com relação ao item "c".

Na oportunidade, manifestamos protestos de mais elevada estima e consideração.

Atenciosamente,

Isis Cunha e Silva
Subsecretaria de Gestão Administrativa
Mat. 112.293



PREFEITURA MUNICIPAL DE MARICÁ
PROCESSO Nº: 14108/24
DATA DO INÍCIO: 05/08/24
RUBRICA: [assinatura] FLS.: 34

**PREFEITURA MUNICIPAL DE MARICÁ
SECRETARIA DE SAÚDE
SUBSECRETARIA DA REDE DE URGÊNCIA E EMERGÊNCIA**

Maricá, 06 de setembro de 2024.

À Subsecretaria de Gestão Administrativa – SMS

Ref.: Pregão Eletrônico n.º 17/2024 – SRP – Processo n.º 2935/2023

Assunto: Impugnação ao Edital – Análise e parecer acerca das impugnações apresentadas nos itens “c” e “e”

Prezados,

Com cordiais cumprimentos, sirvo-me do presente para informar que após análise detalhada do caso em apreço, venho manifestar parecer favorável à justificativa apresentada pela Subsecretaria de Gestão Administrativa da Secretaria Municipal de Saúde.

Destaco que o objeto da licitação não requer a qualificação técnica da equipe médica, pois o certame se restringe exclusivamente à locação de ambulâncias com condutor socorrista. Esclareço, ainda, que a equipe médica qualificada, responsável pelo desempenho das funções nas ambulâncias, será disponibilizada por cada unidade de saúde, conforme a necessidade de cada atendimento.

Adicionalmente, ressalto que cada equipe que tripula as ambulâncias conta com um médico responsável técnico, encarregado pela supervisão e gestão dos profissionais, assegurando o adequado funcionamento das atividades.

Portanto, não há que se falar em qualquer irregularidade no Edital de convocação com base nesse critério.

Por derradeiro, manifesto concordância no que diz respeito à republicação do Edital, caso necessário, conforme mencionado no parecer expedido pela Subsecretaria de Gestão Administrativa – SMS.

Sem mais para o momento, coloco-me à disposição para prestar eventuais esclarecimentos e despeço-me com votos de estima e elevada consideração.

Atenciosamente,

Thiago Soares Carneiro
MAT 113026
SUBSECRETÁRIO DA RUE

Thiago Soares Carneiro
Subsecretário da Rede de Urgência e Emergência
Matrícula: 113026

